

DOCUMENTO METODOLÓGICO

Operação Estatística – Estatísticas dos Gabinetes de Consulta Jurídica

Código: 485

Versão: 1.0

Abril de 2010

INTRODUÇÃO

A operação estatística relativa aos Gabinetes de Consulta Jurídica tem como principal objectivo a recolha, tratamento e difusão da informação sobre consultas presenciais, por área jurídica realizadas nestas entidades notadoras.

Esta operação estatística iniciou-se em 1994, tendo como suporte o instrumento de notação do Sistema Estatístico Nacional registado no Instituto Nacional de Estatística (INE) com o n.º 7925.

I - CARACTERIZAÇÃO GERAL

1. Código/Versão/Data

485 / 1.0

2. Código SIGINE

Não aplicável

3. Designação

Estatísticas dos Gabinetes de Consulta Jurídica.

4. Actividade Estatística

40 – Justiça

402 – Estatísticas da Resolução Alternativa de Litígios.

377 – Estatísticas dos Gabinetes de Consulta Jurídica.

5. Objectivos

Esta operação estatística visa recolher informação sobre consultas presenciais nos Gabinetes de Consulta Jurídica, nomeadamente sobre:

- Consultas presenciais por área jurídica;
- Caracterização dos utentes presenciais;
- Informações prestadas por escrito.

6. Descrição

A operação estatística caracteriza-se por ter periodicidade anual; ser um recenseamento; ter âmbito geográfico nacional; utilizar fontes de informação directa; a recolha processa-se através da utilização de questionário em papel; a unidade estatística de observação é o Gabinete de Consulta Jurídica.

7. Entidade Responsável

Direcção-Geral da Política de Justiça – Ministério da Justiça

Técnico responsável: Chefe de Divisão de Estatísticas da Justiça

Telf: 217924000; Fax: 217924080; E-mail: correio@dgpj.mj.pt

8. Relacionamento com o EUROSTAT/ Outras Entidades

O relacionamento com o EUROSTAT é de natureza indirecta, via INE (quando existente no âmbito da presente operação estatística).

9. Financiamento

Esta operação estatística é suportada pelo orçamento de funcionamento atribuído à DGPJ (proveniente das receitas do Orçamento de Estado e das dotações do Instituto de Gestão Financeira e Infra-Estruturas da Justiça, I.P.).

10. Enquadramento Legal

Lei n.º 30-E/2000, DR 292, SÉRIEI-A, 3.º SUPLEMENTO de 2000-12-20; Artigos 11.º e seguintes.

Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho, Altera o regime de acesso ao direito e aos tribunais.

Portaria n.º 10/2008, de 03 de Janeiro - Regulamento da Lei de Acesso ao Direito.

11. Obrigatoriedade de resposta

SEN – Sim

EUROSTAT – Não

12. Tipo de Operação Estatística

Recenseamento.

13. Tipo de Fonte(s) de Informação

Directa.

14. Periodicidade de realização da operação

Anual.

15. Âmbito Geográfico

País: Portugal (Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira);

16. Utilizadores da Informação

Internos (ao SEN):

- Direcção-Geral da Política de Justiça
- Instituto Nacional de Estatística

Nacionais:

- Administração Pública Central – Ministério da Justiça
- Pessoas singulares

Todos os utilizadores indicados fazem uso da totalidade/parte da informação.

17. Data de início/Fim

1994 – Início da recolha de dados sobre a actividade dos Gabinetes de Consulta Jurídica, através de inquéritos em suporte papel;

18. Produtos

Padrão de Qualidade/ Prazo de disponibilidade ideal da informação: A disponibilização da informação anual ocorre até 5 meses (150 dias) após a data de referência dos dados;

Designação: Estatísticas dos Gabinetes de Consulta Jurídica.

Tipo de Produto: Quadros pré-definidos.

Periodicidade de disponibilização: Anual.

Nível Geográfico(mais desagregado): País.

Tipo de disponibilização: Não sujeito a tarificação.

Utilizadores: Todos os referidos no ponto 16.

II - CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

19. População

O universo coincide com o universo de referência, sendo constituído por todos os Gabinetes de Consulta Jurídica existentes em território nacional.

20. Base de Amostragem

Ficheiro, contendo a lista dos Gabinetes de Consulta Jurídica disponível no Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ).

21. Unidade(s) Amostrais

Gabinete de Consulta Jurídica.

22. Unidade(s) de Observação

Gabinete de Consulta Jurídica.

23. Desenho da Amostra

Não aplicável

24. Desenho do Questionário

Esta operação estatística é reportada em suporte papel. Quando da sua criação foram consultados os intervenientes no processo de recolha. Desenvolveu-se o questionário, e realizaram-se testes, pelo GEPMJ e também por parte da entidade informadora.

25. Recolha de Dados

Período de Referência dos Dados: Ano n ;

Período de Recolha (Transmissão de dados): Ano $n+1$;

Data de Expedição: Não aplicável;

Contacto Inicial: Não aplicável;

Método de Recolha: Desde 1994 através de questionário em papel.

Insistências/Tratamento de Recusas: as insistências junto da entidade notadora ocorrem através do envio de ofício;

Critério utilizado para fecho do inquérito: Obtenção de uma taxa de resposta de 100%;

Possibilidade ou não de inquiridos Proxy: Não aplicável;

Utilização de incentivos: Não aplicável;

Disponibilização de apoio aos respondentes: Instruções de preenchimento no formulário.

Formação aos entrevistadores: Não aplicável

Captura dos dados

Entrada de Dados: Digitação.

Codificação: Manual.

Software Utilizado: Não aplicável

26. Tratamento dos dados

Os dados recebidos das entidades notadoras (Gabinetes de Consulta Jurídica) são analisados e validados pela DGPJ, nomeadamente pela aplicação do segredo estatístico e de sinais convencionais, bem como a avaliação da coerência entre os dados do ano e os dados do ano anterior. No fim deste processo são convertidos em documentos no formato “pdf” para divulgação através do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça.

27. Tratamento de não respostas

Não se aplica tratamento de não-respostas, pretende-se obter a resposta das entidades inquiridas.

28. Estimação e obtenção de resultados

A estimação de resultados não se aplica a esta operação estatística. Os resultados finais são obtidos por agregação das respostas individuais, dos diferentes Gabinetes de Consulta Jurídica.

29. Séries Temporais

Não se aplica qualquer metodologia para tratamento da sazonalidade;

30. Confidencialidade dos dados

A informação recolhida por via da presente operação estatística é concretizada nos termos e nos limites da Lei n.º 22/2008 de 13 de Maio. Os dados só podem ser divulgados caso se refiram a três ou mais variáveis, não permitindo qualquer identificação directa ou indirecta dos intervenientes.

31. Avaliação da Qualidade Estatística

Precisão: Não aplicável.

Coerência e compatibilidade: Este parâmetro é assegurado através da aplicação de uma metodologia transversal que consiste na aplicação de regras de validação quando da recolha dos dados e na comparação relativa a períodos anteriores.

32. Recomendações Nacionais e Internacionais

Não aplicável;

III – CONCEITOS

352 – Conciliação. Acordo entre as partes homologado pelo tribunal, em resultado de tentativa de conciliação feita em juízo, de carácter obrigatório ou facultativo conforme determinado pela lei de processo.

3728 – Consulta jurídica. A consulta jurídica constitui uma das modalidades da protecção jurídica, que compreende a realização de diligências extrajudiciais, bem como mecanismos informais de conciliação, conforme conste dos regulamentos dos respectivos gabinetes. Direito que é conferido pela Constituição da República Portuguesa, do qual beneficiam os cidadãos nacionais e da União Europeia, do qual beneficiam, nos termos da lei, aqueles que demonstrem não dispor de meios económicos bastantes para suportar os honorários dos profissionais forenses para efeitos de aconselhamento profissional.

IV – CLASSIFICAÇÕES

- Tabela de entidades notadoras do SIEJ.

V – VARIÁVEIS

33. Variáveis de Observação

- Consultas presenciais;
- Utentes presenciais;
- Informações prestadas por escrito;

34. Variáveis Derivadas

Não existem variáveis derivadas a partir das variáveis de observação;

35. Informação a disponibilizar

Esta operação estatística visa disponibilizar informação sobre:

- Consultas presenciais e respectivo resultado por área jurídica, caracterização dos utentes presenciais por escalão etários e condição perante o trabalho e informações prestadas por escrito.

VI – SUPORTES DE RECOLHA

36. Questionários

Questionários em papel.

Instrumento de Notação nº 7925 (Mod. 308)

37. Ficheiros

Não aplicável.

VII – ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

DGPJ – Direcção-Geral da Política de Justiça

INE - Instituto Nacional de Estatística, IP

SEN - Sistema Estatístico Nacional

SIEJ - Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça

SIGINE – Sistema de Informação de Gestão do INE

EUROSTAT – Serviço de Estatísticas das Comunidades Europeias

VIII – BIBLIOGRAFIA

- “Documentação das operações estatísticas – Documento Metodológico”, Maio de 2005, Departamento de Metodologia Estatística – Instituto Nacional de Estatística
- Website do Instituto Nacional de Estatística: <http://www.ine.pt>
- Website da Direcção-Geral da Política da Justiça: <http://www.dgpj.mj.pt>